

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE
ENSINO SUPERIOR

Camila Nogueira

**O PROCESSO DE MATRÍCULA DOS ALUNOS VETERANOS DO CURSO DE
GEOGRAFIA DA UFMG:
análises e intervenções para o aumento de sua eficiência**

Belo Horizonte

2016

Camila Nogueira

**O PROCESSO DE MATRÍCULA DOS ALUNOS VETERANOS DO CURSO DE
GEOGRAFIA DA UFMG:
análises e intervenções para o aumento de sua eficiência**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Especialização em Gestão das Instituições Federais de Educação Superior.

Linha de Pesquisa: Gestão e Educação

Orientador: Prof. Ricardo Viana Velloso

Belo Horizonte

2016

FOLHA DE APROVAÇÃO

O PROCESSO DE MATRÍCULA DOS ALUNOS VETERANOS DO CURSO DE GEOGRAFIA DA UFMG: análises e intervenções para o aumento de sua eficiência

Camila Nogueira

Trabalho de Conclusão de Curso, modalidade especialização, defendido junto ao Programa de Gestão das Instituições Federais de Educação Superior - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, aprovado pela banca examinadora, constituída pelos professores:

Prof. Ricardo Viana Velloso – Faculdade de Educação da UFMG

Profa. Magda Auxiliadora dos Santos Barbosa Bastos – Faculdade de Educação da UFMG

Profa. Antônia Vitória Soares Aranha – Faculdade de Educação da UFMG

Belo Horizonte

2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Eduardo, grande incentivador e companheiro da vida. À minha família que, mesmo distante, sempre se faz presente.

À minha equipe de trabalho, que muitas vezes se dispôs a compartilhar grandes conhecimentos e muito auxílio, pela compreensão e carinho, em especial à Paula, maior apoiadora desta empreitada.

À toda equipe do GIFES, em especial aos queridos tutores Magda Auxiliadora dos Santos Barbosa Bastos e Ricardo Viana Velloso, que me acolheram com muito carinho em um momento de incertezas e me fizeram querer concluir essa etapa.

Gostaria de agradecer também a Diretoria do IGC e aos Coordenadores dos cursos de graduação pela grande parceria firmada ao longo desses anos, em especial a Profa. Maria Giovana Parizzi pela amizade e afeto.

RESUMO

O presente projeto tem por objetivo analisar o processo de matrícula dos alunos de graduação do curso de Geografia do Instituto de Geociências, os desafios e complexidades que dificultam as relações entre Colegiado do Curso e alunos, além de propor melhorias de otimização do processo, com o intuito de aumentar a sua eficiência, para maior satisfação da comunidade acadêmica envolvida. A escolha pelo curso de Geografia (e não pelos demais cursos de graduação do Instituto de Geociências) se deve ao fato de que o mesmo apresenta singularidades – e, conseqüentemente, maiores obstáculos – em relação ao processo de matrícula. A autora deste trabalho é servidora lotada na Secretaria de Colegiados dos Cursos de Graduação do IGC e convive semestralmente com as dificuldades do processo de matrícula, principalmente relacionadas ao curso presencial de Geografia. Com a consolidação do novo Sistema Acadêmico, percebeu que seria uma boa hora para aperfeiçoar os mecanismos e procedimentos para a melhoria do processo e, principalmente, do grau de satisfação dos alunos. A metodologia aplicada será composta por levantamento de dados via Sistema Acadêmico, com o apoio da Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD entrevista com o atual Coordenador do Curso de Geografia, Prof. Célio Augusto da Cunha Horta, que está diretamente envolvido no processo de matrícula e com a servidora mais antiga da Secretaria, a fim de desenvolver um melhor diagnóstico do processo como um todo. Como implantações, este Projeto prevê a criação de um “Manual de Procedimentos” atualizado com as demandas e dificuldades gerais identificadas, principalmente as relacionadas ao acesso ao Sistema Acadêmico de Graduação – SIGA e às orientações gerais para a consolidação das matrículas. Além de prever outras ações de intervenção, como a criação de uma monitoria para suporte aos alunos, este Projeto visa estimular o diálogo entre todos os atores (como alunos, servidores, coordenadores, Departamentos) para estreitar o relacionamento e, conseqüentemente, obter a melhoria da qualidade do processo matrícula dos alunos veteranos do curso de Geografia da UFMG, de maneira contínua e democrática.

Palavras-chave: Flexibilização Curricular. Gestão Universitária. Processo de Matrícula. Eficiência.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACC	Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais
CES	Câmara de Educação Superior
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CsF	Ciências Sem Fronteiras
DRCA	Departamento de Registro e Controle Acadêmico
GIFES	Gestão de Instituições Federais de Educação Superior
IES	Instituição de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
RSG	Rendimento Semestral Global
SIGA	Sistema de Gestão Acadêmica
TAE's	Técnico-Administrativos em Educação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 Apresentação.....	7
1.2 Contexto.....	8
1.3 Justificativa.....	9
1.4 Objetivos	11
1.4.1 <i>Objetivo Geral</i>	11
1.4.2 <i>Objetivos Específicos</i>	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1 O papel da Universidade Pública no Brasil.....	13
2.2 Gestão Universitária.....	15
2.3 A Universidade Federal de Minas Gerais	18
2.4 O Sistema Acadêmico de Graduação.....	19
2.5 Currículo e Flexibilização Curricular	19
2.6 O processo de matrícula dos cursos de graduação da UFMG.....	19
2.7 O curso presencial de Geografia da UFMG.....	19
2.8 O processo de matrícula do curso de Geografia.....	30
3 PLANO DE AÇÃO	33
3.1 Cronograma	33
3.2 Investimento	35
4 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS.....	40

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

Toda instituição, seja pública ou privada, executa diversas atividades no intuito de alcançar os seus principais objetivos. Essa organização de procedimentos denomina-se processo. Nesse contexto, de acordo com Hammer e Champy (1994), “um processo é um grupo de atividades realizadas numa sequência lógica com o objetivo de produzir um bem ou um serviço que tem valor para um grupo específico de clientes”.

Além disso, no caso específico das instituições públicas, os processos devem procurar orientar-se sempre no aumento de sua eficiência, o que deixou de ser apenas uma característica após a consolidação da Emenda Constitucional nº 45 e do Princípio da Eficiência. Nesse escopo, sendo a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) uma universidade pública, mantida especificamente com recursos públicos, é de fundamental importância que medidas de racionalização referentes às questões operacionais sejam propostas constantemente, não somente para atender as necessidades da comunidade acadêmica, mas principalmente para garantir um ensino público de maior qualidade seguindo os critérios de equidade e eficiência.

Assim, este projeto tem como objetivo principal analisar um dos diversos processos existentes na estrutura administrativa da UFMG: o processo de matrícula dos alunos veteranos no curso presencial de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais e propor intervenções para o aumento de sua eficiência.

O primeiro capítulo refere-se à introdução, já aqui detalhada, expondo-se o contexto, a justificativa e os objetivos que nortearão o presente projeto. O segundo capítulo é dedicado a detalhar o referencial teórico, com o intuito de explicitar os fatores e agentes envolvidos no processo de matrícula do curso presencial de Geografia da UFMG. Já o terceiro capítulo será destinado a detalhar o plano de ação pretendido para implantação do presente projeto, além de apresentar o cronograma, os possíveis investimentos de recursos financeiros estimados e o monitoramento a ser realizado para a avaliação do processo. Por último, o quarto

capítulo enfocará as considerações finais e explicitará os principais resultados esperados.

1.2 Contexto

O processo de matrícula dos alunos é uma ferramenta institucionalizada da gestão universitária da UFMG e vital para a manutenção dos cursos de graduação, pois é através dele que se torna possível, de fato, o planejamento e a execução dos semestres letivos dentro de uma instituição de ensino superior.

Devido à grande dimensão da Universidade Federal de Minas Gerais e ao grande volume de cursos ofertados, a graduação presencial por si só apresenta estrutura complexa. Atualmente, são oferecidos 75 cursos de graduação presencial (divididos nas diferentes modalidades: Bacharelado – com 57 cursos; Licenciatura – com 03 cursos; Bacharelado e Licenciatura – com 14 cursos; Curso Superior de Tecnologia – com 01 curso), totalizando o expressivo número de 32.196 alunos (entre calouros e veteranos).

Desta forma, a execução do processo de matrícula para a comunidade acadêmica demanda grandes esforços da Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, setor responsável tanto por traçar políticas estratégicas na área de tecnologia da informação (através da utilização de um sistema acadêmico próprio – o Sistema de Gestão Acadêmica - SIGA), como por coordenar e acompanhar a execução conjunta de outros setores (Departamentos, Coordenações de Cursos e Secretarias de Colegiados) não só da oferta de atividades, mas também de vários outros fatores estratégicos que podem contribuir para a melhoria do processo de matrícula como um todo.

Aliado aos fatores já mencionados, o novo desenho de currículo para a graduação instituído pela Universidade Federal de Minas Gerais e a incorporação da flexibilização curricular pela maioria dos cursos de graduação apresentam-se como mais um desafio para a eficiência do processo de matrícula, uma vez que é preciso aliar a grande autonomia dada aos discentes em relação a formulação de seu percurso acadêmico com as demandas de cada Departamento para as respectivas ofertas de disciplinas. Nesse contexto, a matrícula se apresenta como um grande

desafio porque ela é campo de oportunidades e dificuldades para toda a comunidade acadêmica envolvida no processo.

1.3 Justificativa

A presente autora está lotada na Secretaria de Colegiados de Graduação do IGC desde o mês de maio do ano de 2013, mesmo ano de implantação do novo sistema acadêmico da UFMG. Por ter acompanhado as primeiras experiências do novo SIGA, a autora percebeu que diversas dúvidas foram levantadas pelos servidores, coordenações e alunos nas questões referentes a utilização da recente ferramenta. De lá para cá, a servidora presenciou cinco processos de matrícula dos cursos do Instituto de Geociências (Geologia, Turismo e Geografia) através do novo sistema acadêmico e junto com sua equipe diagnosticou o quão complexo havia se tornado o processo de matrícula, em especial, do curso de Geografia.

Com a necessidade de criação de um projeto de intervenção para o setor, a autora percebeu que o momento seria oportuno para tentar aumentar a eficiência do processo de matrícula do curso de Geografia, seja através de um Guia de Matrícula voltado especificamente para os alunos desse curso, seja na proposição de um monitor para orientar os alunos com maiores dificuldades.

Através dessas experiências, percebeu-se que, no caso específico do curso presencial de Geografia, o processo de matrícula dos alunos veteranos tem gerado muitos problemas. Diversas dificuldades têm sido apontadas tanto pelos discentes quanto pela Coordenação e Secretaria de Curso na tentativa de alinhar as demandas de todos os envolvidos neste processo.

O processo de matrícula da Universidade Federal de Minas Gerais para os alunos veteranos é um instrumento da gestão acadêmica, presente na agenda semestral da instituição e apresenta diversas variáveis que o tornam muito complexo, como o elevado número de alunos e suas necessidades particulares, a flexibilização curricular, a dificuldade de diálogo entre diferentes departamentos e a implementação de uma nova ferramenta informatizada para a realização da matrícula. O processo é composto de diferentes atores, tendo como propósito

fundamental, além do planejamento do semestre letivo, o acesso dos alunos às disciplinas que compõem seus respectivos percursos acadêmicos e, em última análise, a promoção da conclusão dos cursos pelos seus alunos.

É relevante ressaltar que o processo de matrícula possui papel importante na vida acadêmica da Universidade e deve demandar iniciativas de gestão e planejamento, a fim de estreitar o relacionamento entre setores acadêmicos e administrativos e os discentes dos cursos.

É importante destacar que não se inclui neste projeto a matrícula dos alunos calouros dos cursos, uma vez que suas respectivas matrículas são realizadas automaticamente durante o registro inicial na Universidade pelo Departamento de Registro e Controle Acadêmico - DRCA.

As principais questões que rodeiam este projeto baseiam-se na tentativa de se delinear os aspectos fundamentais envolvidos na agenda de matrícula da Universidade. Qual a importância do processo de matrícula para os cursos de graduação da UFMG? No caso específico do curso de Geografia, quais os impactos para a vida acadêmica dos alunos? Quais as dificuldades dos alunos para a sua utilização? Há alguma forma de melhorá-lo? Quais as propostas de intervenção para a otimização do processo de matrícula dos alunos veteranos do curso de Geografia?

Para se compreender o processo de matrícula do curso de Geografia, deve-se primeiramente entender a estrutura do curso, como seu currículo, seu projeto pedagógico e sua dimensão. Através dessa identificação, é possível compreender que existem características próprias oriundas da flexibilização acadêmica implantada pela Universidade Federal de Minas Gerais atrás das dificuldades enfrentadas, como o perfil dos discentes, diálogo com outras áreas e disciplinas ofertadas por outras unidades.

Com a institucionalização da flexibilização curricular na UFMG, um novo paradigma foi automaticamente implantado na instituição, proporcionando principalmente maior autonomia aos alunos. Para tanto, novas habilidades se tornaram indispensáveis para o novo perfil discente, como autodisciplina, automotivação, responsabilidade e maior ciência de suas atividades, exigindo do aluno maior capacidade de gerir e regular seu percurso e suas obrigações acadêmicas.

Um processo de matrícula operacionalmente eficiente contribui para uma melhor formação acadêmica dos discentes, uma vez que acarreta melhor racionalização do seu tempo de integralização e melhor adequação das disciplinas ofertadas às demandas de cada aluno. Além do mais, evitam-se desgastes desnecessários no relacionamento entre alunos e Coordenações de curso, identificados nas diferentes fases do processo de matrícula previstas no calendário acadêmico, os quais dificultam a sua otimização.

Após a fase inicial de calouro, em que sua matrícula é realizada automaticamente por um setor específico da Universidade, os alunos se deparam com a obrigatoriedade de providenciar e gerir o seu próprio pedido de matrícula. Para muitos discentes, essa necessidade não é tão clara. Muitos desconhecem as normas acadêmicas, tampouco as consequências da sua não realização e é também objetivo deste projeto buscar identificar as dificuldades dos alunos do curso de Geografia em assumir a postura de protagonista da sua própria vida acadêmica.

Para que o processo de matrícula possa contribuir na formação universitária, muitos esforços devem ser direcionados respeitando, principalmente, as necessidades de cada curso. Seguindo tal raciocínio, este estudo pretende, principalmente, sugerir melhorias para que os futuros processos de matrículas dos alunos veteranos do curso de Geografia sejam tranquilos e com elevados índices de satisfação em relação aos atendimentos das demandas dos discentes.

1.4 Objetivos

Os objetivos foram divididos em geral e específicos, conforme a seguir apresentados.

1.4.1 *Objetivo Geral*

- Propor uma intervenção que busque reorganizar o processo de matrícula dos alunos veteranos no âmbito do curso presencial de Geografia, a partir da retomada de informações e interlocuções com público discente, de modo que ele assuma o protagonismo de sua vida acadêmica.

1.4.2 *Objetivos Específicos*

a) Investigar a forma com que o processo de matrícula tem se desenvolvido no curso de Geografia;

b) Identificar os avanços e desafios do processo de matrícula, levando em consideração as experiências anteriores;

c) Apresentar sugestões para a elaboração de um Plano de Ação com o intuito de buscar melhorias para que a condução do processo de matrícula seja otimizada.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste trabalho será detalhado em oito tópicos, assim distribuídos: O papel da Universidade Pública no Brasil; Gestão Universitária; A Universidade Federal de Minas Gerais; O Sistema Acadêmico de Graduação; Currículo e Flexibilização Curricular; O processo de matrícula dos cursos de graduação da UFMG; O curso presencial de Geografia; e, por fim, O processo de matrícula do curso de Geografia.

2.1 O papel da Universidade Pública no Brasil

Muitas são as maneiras de entender o significado da universidade no Brasil, em especial das de caráter público. As universidades públicas são instituições de ensino superior, autônomas e laicas que além de formar profissionais competentes tecnicamente deve formar também cidadãos éticos, críticos e, acima de tudo, seres socialmente responsáveis. São organizações capazes de fomentar a transformação social, resgatar a democratização, além de serem locais catalisadores de oportunidades, vivências e transformações, seja de cunho individual, cultural ou comunitário. Assim, o papel da universidade é o de ser um espaço de reflexão acerca das diferentes realidades, aliando o conhecimento acadêmico às contribuições sociais com poder de reflexividade.

De acordo a autora Chauí (2003, p. 05):

A universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Tanto é assim que vemos no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade. Essa relação interna ou expressiva entre universidade e sociedade é o que explica, aliás, o fato de que, desde seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturadas por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela.

Nesse sentido, o papel das universidades públicas brasileiras é composto pelo o tripé “ensino, pesquisa e extensão universitária”. Elas desenvolvem patrimônios que ultrapassam a instrução profissional e devem proporcionar uma formação que auxilie toda a sua comunidade acadêmica a aprender a pensar criticamente e a familiarizar-se com as diferenças e com a sua própria tradição intelectual.

[...] as universidades desempenham um papel particularmente importante. Esse papel decorre da sua dupla missão tradicional de investigação e de ensino, da sua importância crescente no complexo processo da inovação, bem como dos outros contributos para a competitividade da economia e a coesão social, sendo de referir neste contexto, a título de exemplo, o papel que desempenham na vida da comunidade e em matéria de desenvolvimento regional. (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2003, p. 3)

É inegável que as universidades públicas possuem um importante papel social, pois além de gerar e difundir conhecimento, também contribuem para o desenvolvimento da sociedade através de legados em forma de ensino, pesquisa e cultura. Nessa linha, novamente é pontual a assertiva de Chauí (2003, p. 6), ao tratar do espírito que deve imbuir o papel de uma universidade pública:

Se quisermos tomar a universidade pública por uma nova perspectiva, precisamos começar exigindo, antes de tudo, que o Estado não tome a educação pelo prisma do gasto público e sim como investimento social e político, o que só é possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio, nem um serviço.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, a educação superior no Brasil passou a ter previsão legal, e a questão da ampliação e democratização ao seu acesso tornou-se uma obrigação social. Nela, também a universidade pública recebe pela primeira vez um tratamento específico, assumindo um importante papel para o desenvolvimento social, trazendo como qualificativo fundamental as três dimensões: ensino, pesquisa e extensão.

Essa universidade com uma visão ampla, com capacidade de abordar criticamente a sociedade em todos os seus aspectos e ângulos, com capacidade de pensar o futuro e de transmitir a seus estudantes uma visão múltipla e aberta do conhecimento da sociedade, é o que imaginamos deva ser a universidade pública brasileira (FERNANDES et al., 1994, p. 51)

É dentro desta perspectiva social que deve-se considerar primordialmente a essência da universidade pública brasileira. Elas são instituições comprometidas com os diversos tipos saberes capazes de envolver diversos segmentos da sociedade: saber conhecer, saber pesquisar, saber trabalhar, saber desenvolver, saber criticar, entre outros saberes necessários para a transformação de um país preocupado em oferecer à sua população desenvolvimento e prosperidade.

2.2 Gestão Universitária

As concepções de gestão surgiram a partir dos movimentos históricos de transformações sociais em diferentes tipos de organizações e seus diversos processos de trabalho. O termo “gestão” é derivado do latim *gestio* e possui como significado a expressão “ação de dirigir”. Substancialmente, é possível extrair que o termo “gestão” possui a mesma essência de “administração”, palavra também derivada do latim, que expressa o “ato de dirigir negócios”.

Não há, entre os renomados estudiosos da área, consenso exato do que possa diferenciar os termos gestão e administração, embora concordem que os mesmos apesar de serem semelhantes, não são sinônimos.

Segundo Chiavenato (2007, p.3), “a Administração é o veículo pelo qual as organizações são alinhadas e conduzidas para alcançar excelência em suas ações e operações para chegar ao êxito no alcance de resultados”.

Para o autor Maximiano (2004, p. 34), “[...] compreende cinco processos principais interligados: planejamento, organização, liderança [...], execução e controle”. Sendo assim, a administração possui uma concepção técnica, burocrata e racional.

Já a gestão, além de se embasar em alguns dos preceitos percussores da administração clássica (como fundamentos de planejamento, objetivo e resultados), tem inseridos novos conceitos para acompanhar as mudanças de ambiente que as organizações têm enfrentado, como incentivo à participação, enfoque político-administrativo, autonomia, responsabilização, princípios de eficiência e eficácia.

Para muitos, o termo gestão está associado às inovações elaboradas pelas mais recentes teorias administrativas, como é o caso do gerencialismo.

No Brasil, acompanhando a Reforma do Estado implantada pelo governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), a Reforma da Educação Superior (ainda mais consolidada no governo seguinte, de Luiz Inácio Lula da Silva) representou a implantação de novas discussões e políticas educacionais com o intuito de aprimorar a qualidade do ensino do país, executando novos instrumentos de gestão nas universidades.

O Plano Diretor do Aparelho do Estado de 1995 – PDRAE, de autoria do então ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), Luiz Carlos Bresser-Pereira, preconizou que as políticas educacionais fossem inseridas no setor dos serviços não-exclusivos fazendo da educação uma propriedade pública não estatal.

Já para o setor não-exclusivo ou competitivo do Estado a propriedade ideal é a pública não-estatal. Não é a propriedade estatal porque aí não se exerce o poder de Estado. Não é, por outro lado, a propriedade privada, porque se trata de um tipo de serviço por definição subsidiado. A propriedade pública não-estatal torna mais fácil e direto o controle social, através da participação nos conselhos de administração dos diversos segmentos envolvidos, ao mesmo tempo que favorece a parceria entre sociedade e Estado. As organizações nesse setor gozam de uma autonomia administrativa muito maior do que aquela possível dentro do aparelho do Estado. Em compensação seus dirigentes são chamados a assumir uma responsabilidade maior, em conjunto com a sociedade, na gestão da instituição. (BRASIL, 1995, p.43)

Para o alcance da reformulação da educação superior do Brasil, novas políticas foram implementadas através de estratégias gerencialistas com o intuito de melhorar efetivamente a qualidade dos serviços prestados pelas instituições de ensino. No âmbito da educação superior, a legislação brasileira destinou grandes inovações pertinentes à gestão dessas organizações.

Antes disso, a Constituição Federal de 1988 inovou ao tratar da autonomia universitária e destinou-se a legislar sobre uma nova forma de gestão universitária. A Carta Magna é clara ao elencar em seu Art. 207 que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Uma das principais leis que regem o tema é a Lei Nº 9.394/1996, lei complementar que regulamenta as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e que foi promulgada sob a égide da Constituição Federal de 1988, trazendo inúmeras características para estruturação das instituições de ensino. Seu Capítulo IV é completamente destinado a um conjunto de dispositivos que regem educação superior, como a gestão democrática, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, gratuidade de ensino, entre outros.

Além disso, com a Emenda Constitucional nº 19/1998, que institucionalizou o princípio da eficiência inspirado nas diretrizes gerencialistas, a execução de serviços públicos, inclusive na esfera educacional, passou a respeitar critérios de racionalidade e otimização dos resultados de suas atividades fins.

A partir dessa análise histórica, é possível entender que as Universidades passaram a assumir uma nova postura em relação às suas organizações político-administrativas, introduzindo, para tanto, novas ferramentas de gestão. Como são organizações sistêmicas, complexas, plurais e dinâmicas por natureza, a criação de uma nova ciência compreendida como “gestão universitária” passou a fazer parte das agendas das IES, concedendo a elas novas características, como princípios de descentralização, autonomia, gestão democrática, adequação de novas tecnologias de informação, prestação de contas, entre outras.

No entanto, como uma Universidade não é uma organização homogênea, muitos são os desafios da gestão universitária na busca pela maior eficiência de seus serviços, principalmente pelo fato de que a sua essência difere-se de uma lógica empresarial revestida de práticas e preceitos gerenciais. Torna-se bastante complexo o alinhamento de seu planejamento estratégico às práticas relacionadas ao tripé “ensino, pesquisa e extensão” e às suas rotinas estritamente administrativas.

Sendo assim, a gestão universitária é mais ampla que qualquer outra modalidade de gestão e deve haver um comprometimento de toda a sua comunidade acadêmica (docentes, alunos, servidores e sociedade) para que haja um efetivo mecanismo de melhoria da prestação de serviços, gerando melhorias significativas em seu processo e fazendo da educação um instrumento de transformação social.

2.3 A Universidade Federal de Minas Gerais

Para compreender a trajetória Universidade Federal de Minas Gerais, é preciso traçar um breve histórico anterior à sua criação. Ainda como capital de Minas Gerais, a cidade de Ouro Preto abrigava a Escola de Farmácia (criada em 1839), a Escola de Minas (de 1872) e a Faculdade de Direito (de 1892).

Após a mudança da capital para Belo Horizonte em 1898, a Faculdade de Direito também foi transferida. Criou-se, em 1907, a Escola Livre de Odontologia e em 1911, a Faculdade de Medicina e a Escola de Engenharia, além da criação do curso de Farmácia, ligado à Escola Livre de Odontologia.

Hoje, a UFMG é uma autarquia em regime especial, mantida pela União, com sede em Belo Horizonte, possuindo autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. De acordo com o art. 5º de seu Estatuto:

A Universidade Federal de Minas Gerais, comunidade de professores, alunos e pessoal técnico e administrativo, tem por objetivos precípuos a geração, o desenvolvimento, a transmissão e a aplicação de conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, de forma indissociada entre si e integrados na educação do cidadão, na formação técnico-profissional, na difusão da cultura e na criação filosófica, artística e tecnológica. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 1999)

Segundo o PDI 2013-2017 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2013), além do Campus Pampulha, sua estrutura física conta com o Campus Saúde, localizado na região central de Belo Horizonte, onde funcionam a Faculdade de Medicina, a Escola de Enfermagem e nove unidades prediais que compõem o Hospital das Clínicas, considerado centro de referência e excelência regional e nacional em medicina de alta complexidade.

A UFMG é uma das maiores e mais importantes universidades brasileiras, com destacada atuação no ensino, na pesquisa e na extensão de serviços à comunidade. Conforme os impressionantes dados colhidos em novembro de 2015 no site da instituição, é possível ter dimensão do tamanho e da complexidade da UFMG. O número de cursos presenciais é 75 e os de ensino à distância, 5 (este com 946 alunos). O número total de alunos (divididos nas modalidades de graduação,

pós-graduação e educação básica e profissionalizante) é de 48.949, sendo que 33.242 são alunos da graduação. O número total de docentes é de 2.818 (com diferentes titulações) e o número de servidores técnico-administrativos, 4.299.

A UFMG disponibiliza para seus alunos uma série de estímulos para a manutenção e aprimoramento da vida acadêmica. Há diversas modalidades de bolsas internas ou em parcerias (como as do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ) e programas de assistência estudantil através da Fundação Universitária Mendes Pimentel, instituição sem fins lucrativos, controlada pela UFMG, a fim de reduzir a evasão na Universidade. A UFMG também oferece a perspectiva de participação em programas de intercâmbio estudantil com bolsa concedida pela instituição anfitriã, por agências e programas de fomento (como o programa Ciências Sem Fronteiras – CsF) ou pela própria IES.

2.4 O Sistema Acadêmico de Graduação

Como se viu, a UFMG – e mais especificamente a modalidade de graduação – possui estrutura complexa e tem vivenciado um período de grande expansão, com o aumento de cursos, alunos e demandas. Para que UFMG possa executar os seus serviços (voltados para o ensino, pesquisa e extensão), é necessário que ela seja compreendida como uma organização que possui vários setores administrativos em sua estrutura. São estes setores os responsáveis pelos encaminhamentos dos processos e rotinas que dão escopo à vida acadêmica.

Devido a isso, a gestão universitária da UFMG requer esforços direcionados para a elaboração de novas práticas administrativas que possam facilitar e agilizar o funcionamento organizacional da Universidade. Para tanto, a criação de sistemas informatizados tem se tornado uma necessidade, pois são instrumentos de apoio e integração entre setores, além de permitirem maior gerenciamento de informações e procedimentos.

A implantação de sistemas informatizados por si só não soluciona os problemas vivenciados na gestão universitária, mas se combinada com outros mecanismos poderá padronizar e melhorar a execução de tarefas, elevando os níveis de eficiência dos processos da instituição.

Na tentativa de aprimorar suas práticas de gestão e prestar suporte aos cursos de graduação, a UFMG, através do *Synergia* (Laboratório de Engenharia de Software e Sistemas do Departamento de Ciência da Computação da própria UFMG), se preocupou em desenvolver um Sistema de Gestão Acadêmica, o SIGA, capaz de utilizar uma única base de dados, integrando informações da vida acadêmica dos cursos e dos discentes, apoiado em uma infraestrutura sólida de Tecnologia da Informação (TI). O SIGA é alimentado através da integração de setores como o DRCA e a PROGRAD, totalmente automatizado e seu acesso é protegido por dispositivos de segurança.

No site do *Synergia*, é possível colher informações sobre a implantação do SIGA, que se deu em três etapas e trouxe inovações para as rotinas da graduação da UFMG, como o maior estreitamento do relacionamento entre setores administrativos, docentes e alunos:

A primeira etapa deste projeto foi a Concepção do Sistema, que teve como principal finalidade conceber os requisitos de sistema das áreas de Gestão Acadêmica de graduação da UFMG, bem como algumas funcionalidades de apoio a estas áreas. Seu objetivo foi o de fornecer informações para que fosse possível estimar custo/esforço/prazo para a construção deste sistema de grande porte. A Especificação de Requisitos teve como principal finalidade especificar os requisitos priorizados pela Universidade para a primeira versão do sistema. Sendo assim, o objetivo prioritário desta etapa foi a especificação do módulo de Gestão Acadêmica e de outras funcionalidades necessárias ao seu funcionamento. A terceira e última etapa foi o Desenvolvimento do Produto. O objetivo era justamente desenvolver os requisitos especificados na etapa anterior, possibilitando que a UFMG iniciasse o quanto antes o processo de Configuração Curricular de seus cursos com o novo paradigma de flexibilização curricular. O sistema teve como grande novidade a possibilidade de o aluno trabalhar o seu Plano de Estudos, com o objetivo de planejar com antecedência suas atividades acadêmicas, possibilitando uma melhor gestão de vagas para as demandas que, desta forma, partiriam dos próprios alunos. O sistema foi implantado em Janeiro de 2013 e tem passado por grandes melhorias e adaptações desde então, uma vez que mudanças nas normas da Universidade são frequentes, o que exige um acompanhamento intenso da equipe de analistas.

Assim, é possível extrair que o SIGA foi institucionalizado com o intuito de fornecer informações confiáveis no âmbito da graduação, na tentativa de promover maior eficiência dos processos acadêmicos e administrativos da Universidade. Seu acesso é muito rápido e funcional, pois toda a interação dos usuários é baseada em serviço Web, através do Portal MinhaUFMG, podendo ser utilizado de qualquer

computador ou aparelho eletrônico com acesso a internet. O SIGA é um software livre de código aberto que, além de outras liberdades, permite ser distribuído e modificado de acordo com as necessidades de cada ambiente de trabalho.

Na prática, muitas são as funcionalidades já observadas pelos usuários do SIGA desde a sua implantação, dentre as quais se podem elencar:

a) Acesso dos discentes – O SIGA permitiu maior autonomia e controle da sua trajetória acadêmica (como a elaboração e renovação do plano de estudos, avaliação de turmas e professores), centralização e acompanhamento de seu desempenho pedagógico (emissão de extratos de integralização, histórico – sem valor oficial, dentre outras possibilidades), além de oferecer serviços como o gerenciamento de dinâmicas curriculares e processo de renovação de matrícula online;

b) Acesso dos docentes – O SIGA proporcionou aos docentes um melhor gerenciamento e controle de suas turmas associadas (e seus respectivos diários, podendo acompanhar o desempenho didático de seus alunos) e fechamento de períodos;

c) Acesso dos setores ligados à gestão acadêmica (como DRCA, PROGRAD, Coordenações/Secretarias de curso, Seções de Ensino e Departamentos) – O desenvolvimento do SIGA trouxe novos relatórios, melhoria de alguns processos, correção de erros e uma interface mais leve e moderna para os usuários. Dentre as principais ferramentas do SIGA, destacam-se: os processos de matrícula/oferta de atividades sistematizados, associação de docentes às turmas, adequação para o lançamento, acesso e controle de rotinas automatizadas (como gerenciamento de grades curriculares, equivalência de disciplina, histórico escolar, pré-requisitos, atividades complementares, diários, entre outros).

Apesar dos inúmeros aspectos positivos mencionados, o SIGA ainda não teve todos os seus módulos implantados e tem passado por constantes ajustes, devido principalmente ao fato de que definir as necessidades do usuário ao elaborar uma interface incomum é um trabalho muito complexo.

Um grande problema detectado é a falta de capacitação dos usuários, principalmente para os servidores novatos e alunos. Muitos desconhecem as infinitas possibilidades e caminhos que o SIGA oferece e, assim, não o utilizam de

forma mais otimizada. Além disso, falta um manual institucional de acesso ao sistema, com o propósito de contribuir para minimizar eventuais erros operacionais e favorecer o crescimento estruturado das rotinas acadêmicas e administrativas que pertencem ao cotidiano da graduação da UFMG.

2.5 Currículo e Flexibilização Curricular

A LDB trouxe inúmeras inovações para as políticas educacionais do país. No caso do ensino superior, representou um grande marco ao abordar uma nova concepção de estrutura curricular em detrimento do paradigma anterior que estava enraizado nos currículos tradicionais, estruturalmente fechados e rígidos. A LDB se preocupou com a formação oferecida pelas Universidades, na tentativa de articular os conhecimentos acadêmicos com as novas demandas da sociedade. Essas mudanças só puderam ser concebidas graças à autonomia universitária preconizada pela referida lei.

A ideia desse novo pensamento era propiciar ao discente um novo modelo de aprendizagem, capaz de possibilitar sua efetiva participação no seu processo de formação acadêmica e profissional. Essa nova estrutura rompeu com a hierarquização tradicional que dominava as políticas relacionadas ao conhecimento e ampliou os horizontes do saber dentro da Universidade. A visão tecnoclássica do conhecimento cedeu lugar para a aquisição de uma visão crítica, com ênfase na diversidade do aluno (que passou a ser contemplado também como um futuro profissional).

Após o advento da LDB, a legislação brasileira passou a tratar de temas relacionados à melhoria da execução de políticas educacionais, no intuito de preconizar o que já havia se estabelecido na própria LDB. Exemplo disso, no que tange à concepção do novo modelo de currículo, a Lei nº 10.172/2001 (que aprovou o Plano Nacional de Educação) definiu a questão da flexibilidade e diversidade nos programas oferecidos pelas diferentes instituições de ensino superior como objetivo e meta para a melhoria da qualidade do ensino superior do país.

A partir dessas novas exigências, a Câmara de Educação Superior – CES do Conselho Nacional de Educação – CNE aprovou o Parecer CES 067/2003 e previu

um novo modelo referencial das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação.

Esse Parecer elencou os seguintes princípios para a reformulação de novos currículos dos cursos de graduação: assegurar às instituições de ensino superior ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministradas; incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa; estimular práticas de estudos independentes, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno; entre outros.

Nesse contexto, no final de 1997, depois de muitos anos de discussão, a Universidade Federal de Minas Gerais, através da Câmara de Graduação, propôs a mudança da estrutura curricular da graduação. O documento “Flexibilização Curricular – Pré-Proposta da Câmara de Graduação” foi elaborado e apresentado à comunidade acadêmica no intuito de processar transformações no âmbito da Universidade, capazes de influenciar no perfil dos profissionais demandados pela sociedade. Em dezembro do ano seguinte, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) aprovou a Resolução nº 01/98, que permitiu o início da implementação da proposta de flexibilização horizontal. De lá para cá, muitos cursos da UFMG já executaram esse tipo de flexibilização de currículo, e muitas outras alterações já foram inseridas em seus respectivos Projetos Pedagógicos.

A Resolução nº 01/98 do CEPE, além de definir o currículo da UFMG, elencou um rol de diversas atividades passíveis de apropriação para se atingir a integralização curricular e possibilitou maior autonomia ao aluno da graduação, que a partir de então passou a ampliar sua formação em qualquer área do conhecimento, tendo em vista seu interesse individual. Essas atividades foram descritas nos Art. 3º e 4º da referida Resolução:

Art. 3º Propor os seguintes tipos de atividades acadêmicas curriculares, definidas no anexo desta Resolução:

- I - atividades de iniciação à docência, à pesquisa ou à extensão;
- II - atividades à distância;

III - disciplinas;
IV - discussões temáticas;
V - elaboração de monografia;
VI - estágio curricular;
VII - participação em eventos;
VIII - seminários;
IX - vivência profissional complementar;
X - outras, consideradas pelo Colegiado relevantes para a formação do aluno.
Art. 4º Classificar as atividades acadêmicas curriculares quanto à sua natureza, em optativas ou obrigatórias. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 1998)

O documento “Flexibilização Curricular na UFMG (Pré-proposta da Câmara de Graduação)”, elaborado pela Câmara de Graduação, orientou a aprovação da Resolução nº 01/98 pelo CEPE e definiu conceitos importantes para a implantação de currículos flexíveis dos cursos de graduação da UFMG, proporcionando mais tarde a aprovação das Normas Gerais da Graduação da UFMG e implicações pedagógicas e administrativas. Todos esses aspectos foram reafirmados pelo Plano de Desenvolvimento Institucional da UFMG (PDI: 2013-2017).

O novo modelo adotado pela UFMG previu dois eixos de mudanças. A primeira, denominada flexibilização horizontal, contempla a possibilidade de novas formas de integralização de créditos (atividades como seminários, iniciação à ciência e à docência, estágios e participação em eventos científicos passam a contar créditos para o aluno). Já a flexibilização vertical altera a estrutura dos cursos, tendo em vista aumentar a margem de opções do aluno numa determinada área de conhecimento.

No caso específico da flexibilização vertical, permitiu-se aos cursos de graduação respeitar os desejos particulares de cada aluno, criando núcleos específicos ou mistos para diferentes áreas de atuação para um mesmo curso. A flexibilização vertical abrange o grupo das disciplinas obrigatórias e as modalidades formação complementar e formação livre.

A formação livre foi adotada pela maioria dos cursos de graduação da UFMG e abrange um grupo de disciplinas eletivas que o aluno deve cursar para integralizar o seu curso. Essas disciplinas pertencem a cursos diferentes do cursado pelo discente e a sua escolha é de total liberdade de cada aluno, em qualquer área de interesse.

Já o percurso de formação complementar também abrange disciplinas eletivas que tenham, necessariamente, um nexos com o percurso profissional escolhido. A escolha já não é totalmente discricionária do aluno, ela deve vir acompanhada de uma orientação com um tutor previamente estabelecido. No entanto, a opção de escolher pelo percurso de formação complementar, sim, é livre e exclusiva de cada aluno.

Ambos os tipos de flexibilização permitem ao discente maior grau de autonomia e maiores possibilidades de escolha e independência em sua trajetória acadêmica.

2.6 O processo de matrícula dos cursos de graduação da UFMG

O aluno ingressante, após aprovação na UFMG, realiza o seu Registro Acadêmico no Departamento de Registro e Controle Acadêmico – DRCA, em calendário específico, e sua matrícula inicial é automaticamente efetivada nas disciplinas de primeiro período de seu curso de opção, devendo ele neste momento requerer seu cadastro no Portal MinhaUFMG para ter acesso ao SIGA.

A partir desta fase inicial, a matrícula dos discentes (veteranos) dos cursos de graduação respeita o processo estabelecido pela Pró-Reitoria de Graduação. O processo de matrícula da graduação na UFMG acontece a cada período letivo, no Calendário Acadêmico da Universidade aprovado pelo CEPE. O processo se dá de forma automatizada semestralmente no sistema acadêmico.

O processo de matrícula é de inteira responsabilidade do aluno e exige que ele se comprometa com as regras da Universidade com maturidade e responsabilidade. De acordo com as Normas Gerais de Ensino de Graduação:

37- Ao se matricular, o aluno deverá: a) observar a sequência estabelecida pelo currículo-padrão, incluindo obrigatoriamente as disciplinas do semestre anterior não cursadas ou cursadas sem aprovação; b) obedecer o limite mínimo de 60% (sessenta por cento) da média dos créditos semestrais estabelecidos no currículo-padrão; c) obedecer a cadeia de pré-requisitos; d) apresentar o comprovante de recolhimento da taxa de Fundo de Bolsas. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 1990)

O processo de matrícula é primordial para os cursos de graduação. Ele organizará toda a estrutura do semestre e suas respectivas disciplinas. O Regimento Geral da UFMG prevê que a matrícula é requisito básico e primordial para a presença do aluno nos cursos de origem. Por conta disso, o processo de matrícula poderá implicar bastante na vida acadêmica do discente e sua não efetivação poderá acarretar sérios prejuízos a esses, inclusive o desligamento do curso.

Os cursos de graduação se organizam em prol de um conjunto de atividades realizadas para o planejamento e funcionamento de cada semestre letivo. Dentre várias atividades, o processo de matrícula é considerado estrutural em uma IES.

Na UFMG, o processo de matrícula é informatizado e tem como grande aliado o Sistema Acadêmico de Graduação, o SIGA, sendo composto por etapas distintas, a saber:

1) Reformulação do Plano de Estudos: O Plano de Estudos é uma ferramenta de suma importância para a Universidade e sua reformulação é a primeira etapa do processo de matrícula prevista no calendário acadêmico, por estar intrinsecamente relacionado ao seu planejamento. Realizado no SIGA, o Plano de Estudos oferece suporte para o planejamento do processo de matrícula além de permitir maior acompanhamento da trajetória acadêmica de seu corpo discente. Por se basear no percurso acadêmico de cada aluno, ele permite diagnosticar a integralização dos semestres já cursados, em curso e as atividades que o aluno deseja cursar (respeitando sempre as atividades obrigatórias e as Normas de Graduação). Além de proporcionar maior autonomia e grau de responsabilidade para os alunos, a reformulação do Plano de Estudos também oferece subsídios para os setores envolvidos na execução do processo de matrícula preverem melhor a demanda de vagas;

2) Oferta de Atividades Acadêmicas: A Oferta de Atividades, também prevista no calendário acadêmico aprovado pelo CEPE, é o lançamento do conjunto de disciplinas que deverão ser ofertadas no respectivo período letivo no SIGA, após o levantamento das demandas refletidas pela reformulação do Plano de Estudos dos alunos e as especificidades de cada curso. A previsão de oferta é de responsabilidade dos Departamentos e Colegiados de Cursos de Graduação, sob a orientação e supervisão da Pró-Reitoria de Graduação e demanda grandes esforços

para a sua otimização por ser uma etapa com grande grau de complexidade, pois a oferta de atividades subsidia o planejamento institucional, não somente o do aluno, como também o dos setores administrativos e o do corpo docente;

3) Matrícula: De acordo com o documento “Matrícula – Manual do Aluno” elaborado pela Coordenação de Oferta e de Matrícula na Graduação, a “matrícula é o vínculo de um registro discente a uma turma ofertada para determinada atividade acadêmica, durante um semestre letivo” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2015, p.04). Conforme já citado, a matrícula é de total responsabilidade do aluno e também é realizada no SIGA em consonância com as Normas Acadêmicas e a Oferta de Atividades de cada curso em período específico do Calendário Acadêmico. É composta de três fases. A primeira fase é obrigatória para todos os alunos veteranos e sua estrutura é basicamente o envio de um requerimento a partir das atividades sugeridas pelo SIGA de acordo com o Plano de Estudos vigente, mas o aluno tem liberdade para alterar as sugestões com disciplinas obrigatórias e/ou optativas. Algumas inconsistências podem aparecer, e o aluno deve procurar compreender os parâmetros de cada currículo para conseguir encaminhar o requerimento e, conseqüentemente, garantir vagas nas turmas selecionadas após a geração de um resultado automático para a efetivação da matrícula. Já a segunda fase de matrícula é opcional e possibilita a inclusão de atividades em turmas com vagas, a fim de complementar as atividades que deseja cursar. Após deferimento manual pelas Coordenações de Curso, poderá solicitar a inclusão de atividades em turmas com vagas, com o objetivo de completar o rol de atividades a serem cursadas no próximo semestre letivo. A efetivação da matrícula nas atividades requeridas nessa fase será realizada por deferimento manual da Coordenação do Colegiado, responsável pela análise dos requerimentos. Por fim, a terceira fase é a inclusão de atividades de formação livre, e seu processamento dos requerimentos de matrícula é automático, através do critério de prioridade que é o Rendimento Semestral Global (RSG) médio de cada aluno.

Na UFMG, o dinamismo da evolução das grades curriculares é um fator que impacta diretamente no processo de matrícula, tanto para os organizadores/demandantes da Oferta de Atividades (Colegiados e Departamentos) quanto para os alunos. Muitas vezes, não é possível alocar as vagas necessárias

previstas na reformulação do Plano de Estudos (sua realização, apesar de extrema importância para o planejamento do processo de matrícula, gera mera expectativa de direito à vaga em determinada disciplina) por diversos fatores institucionais.

Devido a isso, o SIGA permitiu aos Colegiados de Cursos o gerenciamento dos critérios de desempate para aquelas disciplinas em que a oferta é menor que as demandas (diversas variáveis podem interferir neste cenário, como o alto número de retenções, falta de professores e impossibilidade de criação de outras turmas, situações pedagógicas ou administrativas excepcionais, entre outras).

Assim, o processo de matrícula deve ser considerado como um processo complexo e mutável que sofre interferências de diversos fatores. Apesar de todos os esforços, o processo de matrícula na UFMG tem enfrentado grandes obstáculos para conseguir alinhar os recursos institucionais aos desejos dos alunos, que muitas vezes desconhecem as variáveis do processo, as normas e o próprio sistema acadêmico, o que dificulta ainda mais o êxito do processo.

2.7 O curso presencial de Geografia

O curso de Geografia da UFMG foi criado em 1941, sendo ligado ao curso de História até 1957, mas apenas em 1968 foi enquadrado no Instituto de Geociências – IGC. Atualmente, o curso é ofertado tanto no turno diurno (nas modalidades bacharelado e licenciatura) quanto no turno noturno (na modalidade licenciatura).

O currículo padrão para o curso diurno está estruturado em oito semestres e para o curso noturno, dez semestres. De acordo com o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Geografia (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2012, p.17), no caso da modalidade de Licenciatura do turno Noturno, a integralização em dez períodos visa permitir ao estudante a possibilidade de cumprir seu programa de estágio curricular. Essa integralização em dez períodos foi demandada tanto pelos discentes, consultados por meio de assembleias, como também pelos docentes até então responsáveis pelas disciplinas Análise da Prática Pedagógica em Geografia e Estágio I, II, III e IV. Todavia, não há impedimento formal para que o discente integralize seu curso em temporalidade menor.

O curso diurno oferta um total de quarenta vagas para as modalidades de bacharelado e licenciatura; já o curso noturno oferta um total de oitenta vagas para a modalidade de licenciatura, totalizando assim a entrada de 120 novos alunos por ano. De acordo com os dados coletados no SIGA em 2015/2, no diurno encontram-se matriculados um total de 213 alunos e 395 alunos no noturno. A soma de todos os alunos matriculados no curso de Geografia é de 608 alunos.

Se comparado aos demais cursos que são ofertados no IGC (Geologia com 182 alunos atualmente matriculados e Turismo com 254), o curso de Geografia apresenta estrutura maior e de maior complexidade.

O currículo do curso de Geografia é preconizado através das ofertas semestrais de disciplinas obrigatórias e optativas. O curso adotou em seu Projeto a flexibilização curricular elaborada pela UFMG. Além das disciplinas de formação livre, o currículo do curso de Geografia abrange a possibilidade de Formação Complementar Aberta (FCA), cuja carga horária é de 360 horas/aula para a modalidade de bacharelado e 240 horas/aula para a licenciatura. Além disso, a modalidade de licenciatura prevê a integralização de pelo menos 210 horas de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC).

De acordo com o Projeto Político-Pedagógico (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2013, p. 18), as disciplinas optativas procuram dar ao atual currículo de Geografia uma maior flexibilidade, à medida que incorporam discussões temático-teóricas e/ou práticas recentes para o conhecimento geográfico.

O curso de Geografia, em respeito à Resolução CEPE nº 05/81 em seu artigo 45 e da Resolução Complementar CEPE nº 01/90 nos itens 42 a 44, permite ao aluno a possibilidade da continuidade de estudos (conclusão de outra modalidade). No entanto, o pedido só deverá ser acatado após análise criteriosa em consonância com a Resolução do Colegiado de Graduação nº 03/98.

2.8 O processo de matrícula do curso de Geografia

O processo de matrícula do curso de Geografia é realizado em consonância com o disposto na Resolução Complementar CEPE nº 01/90, itens 37 a 41 e 49 a

59, bem como com o Regimento Geral da UFMG em seu Art. 39. Assim como acontece nos demais cursos, o processo é resultado dos esforços da PROGRAD, Departamentos, Secretaria de Cursos e Colegiado de Graduação.

Assim como já mencionado no processo de matrícula de todos os cursos da graduação, a reformulação do Plano de Estudos é a primeira fase do processo de matrícula. Essa reformulação servirá de subsídio para a etapa subsequente que é a elaboração do mapa de oferta de atividades acadêmicas do semestre seguinte. No caso do curso de Geografia, diversos Departamentos além do de Geografia são envolvidos, como os Departamentos de Cartografia, Educação, Geologia e Estatística.

Essa é uma das variáveis que acaba por acarretar problemas durante o processo de matrícula. Devido ao grande número de alunos, principalmente do noturno, conseguir alinhar as demandas dos alunos às possibilidades de oferta pelos Departamentos é um grande desafio.

A flexibilidade do currículo do curso de Geografia também influencia o processo como um todo. Em um cenário ideal, com a oferta regular de um grande leque de disciplinas optativas, de formação livre e a aprovação dos pedidos de vagas em disciplinas de Formação de Complementar Aberta, o processo de matrícula ocorreria sem muitos gargalos. No entanto, em contrapartida a esse cenário, e devido a fatores como o alto índice de retenções e turmas inchadas, muitos alunos acabam não conseguindo satisfazer suas necessidades ao realizarem a matrícula.

No caso específico da licenciatura, existem disciplinas ofertadas pela Faculdade de Educação – FAE e, mesmo após amplo debate e negociações durante o período da oferta de atividades, tem-se observado que as vagas liberadas inicialmente não têm sido suficientes para atender as principais demandas dos alunos devido a alguns fatores como a dificuldade de conciliar as atividades pessoais e os horários das disciplinas, além do alto número de retenções e trancamentos que podem configurar disciplinas em débito e, conseqüentemente, um percurso irregular.

Mais especificamente no caso da licenciatura no turno noturno, há ainda outras variáveis que tornam o processo difícil. Infelizmente, tem-se percebido uma

precarização da oferta de disciplinas, principalmente optativas, com número de vagas insuficientes para atender o grande número de alunos. Há ainda grande dificuldade de conciliar a alta carga horária de estágios que o currículo exige (460h divididas em quatro semestres nas disciplinas de Análise da Prática Pedagógica I, II, III e IV) com as demais obrigações acadêmicas.

Outro grande problema, e talvez o mais latente, percebido durante o processo de matrícula do curso de Geografia é a grande dificuldade e resistência que muitos alunos ainda apresentam em utilizar corretamente o SIGA. Por consequência, é alto o número de discentes que, ou não conseguem realizar sua matrícula de forma eficaz, ou simplesmente não participam do processo em nenhuma de suas fases. Consequentemente, observa-se que os desligamentos por não matrícula dos discentes têm se tornado cada vez mais frequentes, causando grandes transtornos para o curso como um todo.

Aliado a esses fatores, existe uma herança que interfere no grau de responsabilidade do aluno em assumir seu protagonismo acadêmico em relação a realização de sua própria matrícula: o acerto presencial de matrícula realizado diretamente pela Coordenação de Curso. Muitos alunos, sabendo desta possibilidade, simplesmente não se comprometem a compreender o processo e o sistema acadêmico. No entanto, no caso do curso de Geografia, o acerto de matrícula presencial tem se mostrado como uma ineficaz ferramenta para a gestão do processo de matrícula.

Normalmente, o acerto presencial ocorre em três dias e é realizado exclusivamente pela Coordenação e Secretaria de curso. As filas que se formam são enormes, e o atendimento se torna moroso e desgastante – tanto para a Coordenação, quanto para os servidores e alunos. Como o acerto precisa ocorrer após todas as fases regulares de matrícula via SIGA, as chances de conseguir aliar o número de vagas restantes aos desejos dos alunos presentes se tornam mínimas, o que acarreta um grande índice de reclamações e insatisfações do corpo discente, mesmo após o início das aulas.

Percebe-se assim que o processo de matrícula do curso de Geografia possui características próprias que tendem a influenciar sua eficiência. É preciso alinhar

estratégias práticas para consolidar a sua melhoria uma vez que, assim como os fatores e agentes, muitos são os problemas envolvidos.

3 PLANO DE AÇÃO

O plano de ação deste projeto irá auxiliar na execução de algumas intervenções a fim de elevar a eficiência do processo de matrícula do curso de Geografia. Dentre essas intervenções destacamos: a criação de dois questionários (um destinado a Secretaria de Curso/Coordenação e outro aos alunos) para levantar as principais demandas, reclamações e sugestões para a melhoria do processo; a elaboração de um Guia Prático de Matrícula do curso de Geografia, com as orientações gerais de matrícula da PROGRAD para todos os cursos da UFMG, as funcionalidades do sistema e as orientações específicas para o curso de Geografia, relacionadas ao seu currículo; a criação de uma tutoria para suporte aos alunos com dificuldade de acesso ao sistema no ato da matrícula.

3.1 Cronograma

As intervenções propostas por este projeto serão desenvolvidas através de diversas atividades no decorrer de um semestre. Adotar-se-á como base para controle e execução de atividades o cronograma abaixo:

Quadro 1 – Cronograma de intervenções para elevação da eficiência do processo de matrícula do curso de Geografia da UFMG (continua)

Atividades	Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05
INTERVENÇÃO 1: Realização de dois questionários (um destinado a Secretaria de Curso/Coordenação e outro para os alunos) para levantar as principais demandas, críticas, dúvidas e problemas.	X	X	X		
1.1 Coleta e análise de documentos para a confecção do questionário;	X				
1.2 Aplicação do questionário através da plataforma “Google Docs” para servidores da Secretaria de Colegiados, Coordenação de Curso e alunos;	X				
1.3 Análise das informações preliminares		x	x		

Quadro 1 – Cronograma de intervenções para elevação da eficiência do processo de matrícula do curso de Geografia da UFMG (conclusão)

INTERVENÇÃO 2: Elaboração de um Guia Prático de Matrícula do curso de Geografia, contendo as orientações gerais de matrícula da PROGRAD para todos os cursos da UFMG, as funcionalidades do sistema e as orientações específicas para o curso de Geografia, relacionadas ao seu currículo.		X	X		
2.1 Sistematização dos dados coletados		X	X		
2.2 Análise quantitativa e qualitativa de dados		X	X		
2.3 Reuniões para discussão e consolidação		X	X		
2.4 Elaboração do Guia Prático de Matrícula dos Alunos Veteranos do Curso de Geografia;			X		
2.5 Revisão e impressão e divulgação via <i>moodle</i> ;			X		
INTERVENÇÃO 3: Criação de uma tutoria para suporte aos alunos com dificuldade de acesso ao sistema no ato da matrícula. Os tutores selecionados ganharão um certificado de 30h que poderá ser utilizado na modalidade “Participação de Eventos” seja na eliminação de carga horária de AACC (no caso da Licenciatura), seja para Aproveitamento de Créditos (no caso do Bacharelado)			X	X	
3.1 Elaboração do Edital para seleção de tutores – mínimo de 02; máximo de 05;			X		
3.2 Seleção e divulgação do resultado			X		
3.3 Treinamento dos tutores			X		
3.4 Atuação dos tutores				X	
ANÁLISE DE RESULTADOS E EMISSÃO DE RELATÓRIO FINAL.					X

Fonte: Elaborado pela Autora

3.2 Investimento

Quadro 2 – Investimento necessário para implantação do Plano de Ação para elevação da eficiência do processo de matrícula do curso de Geografia da UFMG

RECURSO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
Material de consumo			
1. Papel A4 (pacote com 500 folhas)	04	R\$12,00	R\$48,00
2. Cartuchos	01	R\$260,00	R\$260,00
3. Canetas	03	R\$1,00	R\$3,00
Material Permanente			
4. Microcomputador	01	Já existente	
5. Cartucho	01	R\$250,00	R\$250,00
6. Impressora	01	Já existente	
			TOTAL FINAL: 561,00

Fonte: Elaborado pela autora

Nota: Valores cotados em 18/01/2016

4 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A avaliação é de suma importância para qualquer projeto de intervenção. Nessa etapa, é possível mensurar os resultados já alcançados, a eficácia dos meios de execução em relação ao respectivo planejamento, além de propor correções caso seja necessário.

Este projeto pretende não apenas compreender o processo de matrícula do curso presencial de Geografia da UFMG, mas também envolver os alunos do curso efetivamente na sua execução e zelar pelo aumento dos níveis de eficiência do processo como um todo. Para tanto, visou-se a elaboração de intervenções já mencionadas no Plano de Ação, após o detalhamento ao longo deste trabalho dos principais problemas diagnosticados.

Como o processo de matrícula do curso de Geografia da UFMG é complexo e envolve diversos setores e atores, o monitoramento e a avaliação deste projeto deve ocorrer de forma sistêmica e cíclica, não se limitando apenas à duração da implementação deste projeto, pois deve-se estender posteriormente para uma melhor aferição dos resultados.

Para tanto, o acompanhamento deve ser de responsabilidade maior da Secretaria e Coordenação de Curso, uma vez que são os principais atores envolvidos na execução do processo como um todo. Além disso, o Colegiado do Curso de Geografia, por ser o órgão consultivo, normativo, de planejamento acadêmico e executivo para os assuntos de política de ensino, pesquisa e extensão do curso, poderá avaliar as ações deste projeto, bem como os impactos e melhorias para o processo de matrícula.

A PROGRAD, em conjunto com a Coordenação de Matrícula, também deverá participar da etapa de monitoramento, por ser responsável pelo planejamento de estratégias, instrumentos e ações institucionais necessárias para a eficiência da gestão universitária da UFMG. Não obstante, o corpo acadêmico do curso de Geografia deverá avaliar os resultados para mensurar o grau de satisfação com o processo após as intervenções deste projeto.

Espera-se que as intervenções propostas por este Projeto possam gerar resultados positivos já para o próximo processo de matrícula, no segundo semestre de 2016.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de matrícula do curso presencial de Geografia da UFMG apresenta grandes desafios e gargalos e por isso tem interferido negativamente nas rotinas de trabalho da Secretaria e Coordenação de Curso, além de apresentar grandes insatisfações por parte dos discentes.

Visando isso, este estudo além de apresentar o complexo processo em si, destacou a importância do mesmo para a gestão universitária não apenas do curso de Geografia, mas também de toda a Universidade Federal de Minas Gerais, por poder servir de exemplo para os demais cursos que possuem dificuldades em seus respectivos processos de matrícula.

Este projeto vislumbra o aumento da eficiência do processo de matrícula do curso de Geografia e, para tanto, elaborou um Plano de Ação com três principais intervenções:

1. Realização de dois questionários (um destinado a Secretaria de Curso/Coordenação e outro aos alunos) para levantar as principais demandas, críticas, dúvidas e problemas;

2. Elaboração de um Guia Prático de Matrícula do curso de Geografia, contendo as orientações gerais de matrícula da PROGRAD para todos os cursos da UFMG, as funcionalidades do sistema e as orientações específicas para o curso de Geografia, relacionadas ao seu currículo;

3. Criação de uma tutoria para suporte aos alunos com dificuldade de acesso ao sistema no ato da matrícula. Os tutores selecionados ganharão um certificado de 30h que poderá ser utilizado na modalidade “Participação de Eventos” seja na eliminação de carga horária de AACC (no caso da Licenciatura), seja para Aproveitamento de Créditos (no caso do Bacharelado).

As intervenções apresentadas poderão auxiliar as práticas já utilizadas para a melhoria do processo de matrícula do curso de Geografia, além de fomentar a busca por novas práticas e procedimentos para uma gestão acadêmica mais eficiente, capaz de alinhar sugestões de todos os atores envolvidos.

Este projeto visou respeitar de forma democrática os principais envolvidos no referido processo. Assim, espera-se que este possa contribuir não somente para o

aumento da eficiência do processo de matrícula do curso de Geografia, mas também de maneira positiva no calendário de oferta e matrícula de toda a Universidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 08 nov. 2015.

_____. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 29 nov. 1968 e retificada em 3 dez. 1968. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 09 nov. 2015.

_____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 10 jan. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 01 dez. 2015.

_____. Ministério da Educação. Câmara de Educação Superior. Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação. Parecer normativo, n. 67, de 11 de março de 2003. Relator: José Carlos Almeida da Silva e Lauro Ribas Zimmer. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0067.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

_____. Presidência da República. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Câmara da Reforma do Estado, 1995. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2015.

CASTRO, Rodrigo Batista de. Eficácia, eficiência e efetividade na administração pública. In: ENCONTRO DA ANPAD, 30., 2006. Salvador. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-apsa-1840.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

CHAUÍ, Marilena de Souza. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 24, set./out./nov./dez. 2003. p. 5-15. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração: Teoria, Processo e Prática**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 411 p.

_____. **Teoria Geral da Administração**. 6 ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier e Campus, 2001-02.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **O papel das universidades na Europa do conhecimento**. Bruxelas, 2003. 25 p.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Administração em Tempos Turbulentos**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1980. 206 p.

FERNANDES, Manlio Silvestre et al. Universidade Pública: questões para o século XXI. **Estudos Sociedade e Agricultura**. n. 3, nov. 1994. p. 45-55.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. 577 p.

HAMMER, Michael, CHAMPY, James. **Reengineering the corporation**. New York: HarperBusiness, 1994.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à Administração**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2004. 434 p.

ROGERS, Carl Ransom. **Liberdade de Aprender em Nossa Década**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986. 334 p.

SYNERGIA. **SIGA – Sistema de Gestão Acadêmica**. Laboratório de Engenharia de Software e Sistemas do Departamento de Ciência da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.synergia.dcc.ufmg.br/?page_id=218>. Acesso em: 18 nov. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Complementa as Normas Gerais de Ensino de Graduação da UFMG, permitindo o início da implantação do processo de flexibilização dos currículos de graduação. Resolução Complementar CEPE nº 01, de 10 de dezembro de 1998. Belo Horizonte, 1998.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Diretrizes para os currículos de graduação da UFMG**. Belo Horizonte, 2001. 6 p. Disponível em: <<https://www2.ufmg.br/sods/Sods/CEPE/Documentos/Decisoes>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Normas Gerais de Ensino de Graduação**. Belo Horizonte, 1990. Disponível em: <<https://www2.ufmg.br/prograd/prograd/Pro-Reitoria-de->

Graduacao/Publicacoes/Normas-Academicas/Normas-Gerais-de-Ensino-de-Graduacao>. Acesso em: 24 nov. 2015.

_____. Conselho Universitário. **Estatuto da UFMG**. Belo Horizonte, 1999. Disponível em: <<https://www2.ufmg.br/sods/Sods/Sobre-a-UFMG/Estatuto>> Acesso em: 01 dez. 2015.

_____. Conselho Universitário. **Regimento Geral da UFMG**. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<https://www2.ufmg.br/sods/Sods/Sobre-a-UFMG/Regimento-Geral>> Acesso em: 01 dez. 2015.

_____. Instituto de Geociências. Colegiado do Curso de Geografia. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Geografia**. Belo Horizonte, 2013. 135 p.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional: 2013-2017**. Belo Horizonte, 2013. 190 p. Disponível em: <https://www.ufmg.br/conheca/pdi_ufmg.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2015.

_____. Pró-Reitoria de Graduação. **Matrícula – Manual do Aluno**. Belo Horizonte, 2015. 34 p. Disponível em: < <https://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/Manual-aluno-matricula.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2015

WERNECK, Hamilton. **Como encantar alunos da matrícula ao diploma**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2002. 125 p.